

APITA BRASIL

O QUE MOVIMENTA O PAÍS DO
FUTEBOL NO ANO DA COPA?

FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG



A contagem regressiva para a grande festa do futebol começou. O Brasil, maior país da América Latina e ganhador recorde de títulos do mundial (5 vezes!), receberá a Copa em sua própria terra. Conhecido pela paixão futebolística e por um excepcional estilo de jogo, o Brasil produziu grandes ídolos – como Pelé, Garrincha, Zico, Sócrates, Romário, Ronaldo e tantos mais! – e ganhou fama e reconhecimento no mundo inteiro. Na última década, além do seu “futebol arte” o Brasil passou a ser reconhecido como um global player no âmbito da economia e da política internacional. O país se saiu bem da crise mundial de 2008/09 com um receituário distinto das políticas recessivas de inspiração neoliberal. Hoje detêm altos níveis de emprego e se tornou referência em programas de combate à fome e de inclusão social. Porém continua com um alto grau de desigualdade social e concentração de renda.

Faltando pouco para a bola começar a rolar, os holofotes estão voltados não apenas para o campo, mas também para as promessas do “efeito Copa” feitas pelos organizadores da festa. As expectativas não atendidas, tanto em relação ao legado da Copa como ao aprofundamento nos avanços sociais recen-

tes, têm movimentado o Brasil desde junho 2013, levando a população a se manifestar exigindo seus direitos. Os sindicatos se mobilizam para cobrar condições do trabalho decente antes e depois da Copa. As mulheres reivindicam seu espaço para além da “linda torcida verde-amarela”, reclamando respeito à sua autonomia e combate ao turismo sexual e a todas as formas de opressão. Os movimentos sociais mostram que outro futebol, mais democrático e mais rebelde, é possível.

E por aí vai o mosaico das mobilizações, iniciativas e propostas. Trazer estas visões plurais e distintas daquelas apresentadas pela grande mídia, evidenciando as impressões de atores deste país emergente, mostrando os debates e as disputas políticas pelos rumos do desenvolvimento, a luta pela participação social e pela renovação democrática, é justamente o objetivo desta publicação.

“Juntos num só ritmo”, como o slogan da FIFA propõe? Sim, mas em muitos tons diferentes!

BOA LEITURA
O TIME DA FES BRASIL

SUMÁRIO

05	Trabalho decente antes e depois de 2014! Nilton Freitas
11	Outra Copa é possível: crônicas sobre um futebol rebelde Marina Mattar e Raphael Piva
17	Vai ter Copa do Mundo no Brasil? Alexandre F. Mendes
25	Que venha a Copa e o Brasil aproveite! Vagner Freitas
31	O feminismo na Copa das Mobilizações Maria Luiza da Costa e Tica Moreno
37	Por um Futebol melhor para todos! Entrevista com Enrico Ambrogini



TRABALHO DECENTE ANTES E DEPOIS DE 2014!



Nilton
Freitas

Representante Regional da Internacional de Trabalhadores da Construção e da Madeira (ICM) para América Latina e Caribe.

O debate sobre o legado da Copa do Mundo 2014 se torna cada vez mais intenso na medida em que o evento se aproxima. Neste debate, a criação de postos de trabalho tem sido apontada como um dos legados positivos para os países que optam por sediar megaeventos esportivos. Segundo pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconomicos (Dieese), estima-se que a Copa irá gerar em torno de 737,8 mil postos de trabalho nos mais dife-

rentes setores da economia no Brasil, sendo 49% deles permanentes e 51% temporários.

Além da quantidade, é importante que os empregos gerados sejam de qualidade, protegidos pela legislação trabalhista e pelo seguro social, com representação sindical no local de trabalho e negociação coletiva, de modo a garantir, consolidar e ampliar direitos. Ainda, é claro, é necessário que eles estejam de acordo com os princípios e normas internacionais do trabalho, como os da Organização Internacional do Trabalho (OIT).



É isto que a Internacional de Trabalhadores da Construção e da Madeira (ICM), junto a seus afiliados, tem buscado garantir nos países escolhidos para sediar eventos esportivos de caráter regional e mundial desde o Fórum Social Mundial de Nairóbi, em 2007, ocasião em que foi dado o pontapé inicial da



Campanha por Trabalho Decente antes e durante da Copa de 2010, na África do Sul. A Campanha por Trabalho Decente em Megaeventos Esportivos esteve presente também na Ucrânia, durante os preparativos para sediar a Copa UEFA 2012; em Londres, nos preparativos para os Jogos Olímpicos de 2012; em Sochi, por razão dos Jogos Olímpicos de Inverno de 2014; e agora nos preparativos para as Copas do Mundo de 2014, 2018 e 2022 no Brasil, Rússia e Catar, respectivamente.

A Campanha tem como objetivo garantir que a agenda de Trabalho Decente da OIT seja respeitada nos preparativos dos megaeventos esportivos desde o contrato inicial, fazendo com que as instituições organizadoras destes eventos – como a Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA)

e o Comitê Olímpico Internacional (COI) – sejam também responsáveis por garantir boas condições de trabalho antes e durante sua realização.

Junto a outras federações sindicais internacionais e organizações não governamentais, a ICM faz parte de uma iniciativa internacional mais ampla chamada Play Fair (em português, “Jogo Limpo”), coordenada, no Brasil, pela Confederação Sindical de Trabalhadores(as) das Américas (CSA).

A CAMPANHA POR TRABALHO DECENTE E SEUS DESAFIOS

Os sindicatos brasileiros receberam a campanha das mãos dos sindicatos sul-africanos em 2010 e fizeram o seu lançamento público no mês de março de 2011 junto às portas do Estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro. Na sede da Copa de 2010 a campanha foi considerada exitosa, uma vez que os trabalhadores conquistaram aumentos salariais e melhorias das condições de saúde e segurança, entre outros.

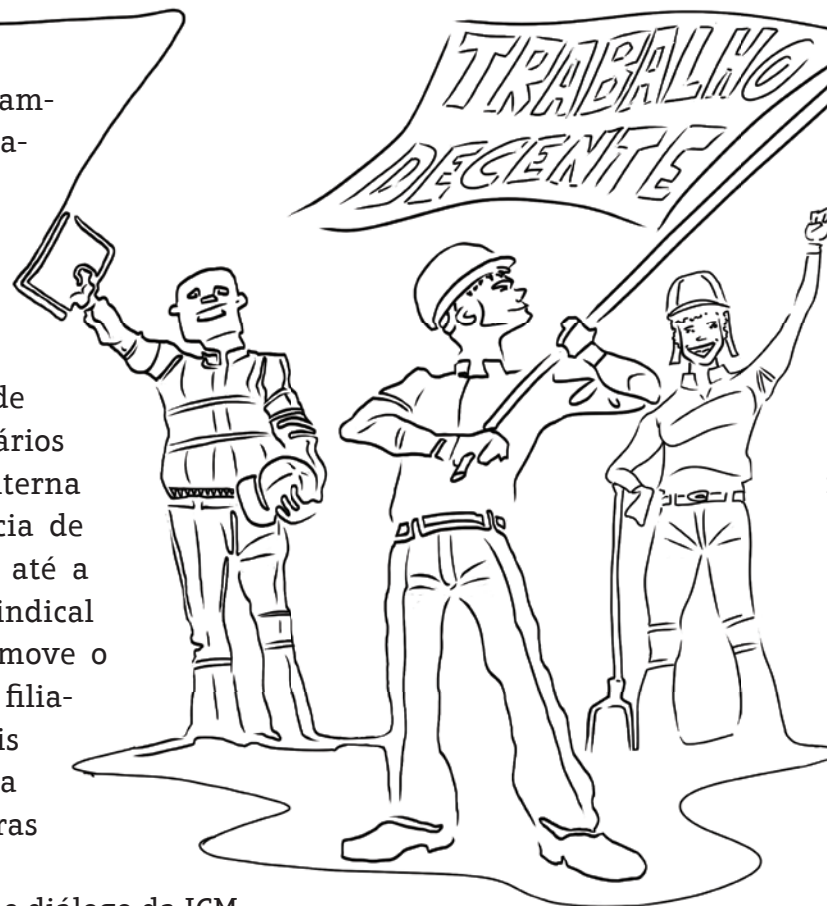
7,35%

Foi o aumento real de salário que os trabalhadores dos estádios conquistaram com suas mobilizações

Durante a realização da Campanha no Brasil, os sindicatos tiveram que enfrentar diversos desafios, desde aqueles que já fazem parte do cotidiano do setor – como informalidade e terceirização, grande diferença regional de salários e benefícios, migração interna de mão de obra e ausência de segurança no trabalho –, até a estrutura do movimento sindical brasileiro, que pouco promove o diálogo entre sindicatos filiados a diferentes centrais sindicais, e a pressão da FIFA pela entrega das obras dentro do prazo.

Foi a partir do trabalho de diálogo da ICM com as diversas organizações sindicais que os 27 sindicatos ligados a diferentes centrais realizaram a Campanha, baseada na unidade de ação destas organizações, para melhorar as condições e as relações de trabalho no setor.

A referida movimentação não só esteve presente no dia a dia dos trabalha-



dores através dos sindicatos locais, como também foram promovidas reuniões de todos os participantes em diversas cidades-sede dos jogos. Durante estas reuniões os sindicatos de todo o Brasil dialogaram com os trabalhadores e também com os responsáveis pela organização do evento nas cidades. No diálogo com os trabalhadores os sindi-

catos puderam conhecer um pouco mais sobre as condições de trabalho e suas diferenças inter-regionais; no diálogo com as autoridades locais foi possível discutir as políticas e propostas necessárias para que a Copa deixe um legado positivo para os trabalhadores.

Desta maneira foi elaborada e aprovada, em dezembro de 2011, a Pauta Nacional Unificada, entregue no início de 2012 à Confederação Nacional da Indústria (CNI), ao

Tribunal Superior do Trabalho (TST), ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), à Secretaria Geral da Presidência da República e à Mesa Nacional Permanente para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção. A pauta funcionou como referência para as negociações coletivas dos sindicatos de todo o país e como insumo para as discussões de natureza tripartite coordenadas pela Presidência da República. Ela segue hoje sendo referência para o movimento sindical do setor e foi reafirmada durante o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores da Construção, realizado em Luziânia (Goiás) em outubro de 2013, e durante a 3ª Conferência Regional da ICM América Latina e Caribe, realizada em Salvador (Bahia) em abril de 2014.

OBRAS DA COPA MOBILIZAÇÕES E GARANTIA DE DIREITOS!

Nas obras da Copa do Mundo, além do cenário do setor que já existia no país, os trabalhadores também tiveram que lidar com o grande interesse e visibilidade das obras, e com a forte pressão pela entrega nos prazos. No entanto, os sindicatos e os trabalhadores organizados puderam fazer

a diferença e garantir melhorias nas condições de trabalho.

Segundo dados preliminares de um estudo da ICM feito pelo Dieese, foram ao todo 25 paralizações, que totalizaram 1165 horas. Considerando multiplicidade de pautas, os trabalhadores cruzaram os braços por uma alimentação de melhor qualidade (68% das greves), por assistência médica (64%), reajuste salarial (60%), horas extras (44%) e, de modo geral, melhores condições de trabalho (28% das greves).

Com essas mobilizações os trabalhadores dos estádios conquistaram aumento real de salário de até 7,35%, aumentos de vale refeição e hora extra, melhorias na alimentação e no transporte. Foi através da mobilização que os trabalhadores conseguiram garantir o cumprimento de seus direitos, como o pagamento de salários e benefícios atrasados, e atendimento de saúde digno no caso de acidentes.

As greves tiveram também um caráter defensivo (55,6% em 2011 e 66,7% em 2012), contra a entrega de comida estragada – incentivada pela morte de um trabalhador –, contra a falta de segurança no trabalho e de-

27 SINDICATOS

ligados a diferentes centrais sindicais realizaram a Campanha para melhorar as condições de trabalho no setor

tavo enfartou durante as obras da Arena Amazônia. Dessas mortes, seis ocorreram nos últimos seis meses, quando a pressão pelo término das obras (previsto para dezembro de 2013) aumentou sensivelmente. Vale notar que a maior parte desses operários trabalhava para empresas terceirizadas.

O JOGO CONTINUA! OS SINDICATOS FAZEM A DIFERENÇA!

No dia 13 de julho de 2014 a seleção de algum país irá levantar a taça de campeã do mundo, mas os trabalhadores brasileiros do setor da construção seguirão fazendo seu trabalho e certamente enfrentando con-

vidos a trabalhadores encontrados em condições análogas à escravidão, por exemplo.

Apesar dessas conquistas, nas obras dos estádios oito trabalhadores perderam suas vidas em acidentes de trabalho e um oi-

dições de trabalho não adequadas. Apesar disso, estarão mais unidos e organizados, e com sindicatos mais fortes e representativos, grande número deles organizado também em nível internacional, como membros da ICM.

Isso significa que os sindicatos estarão mais bem preparados para continuar a luta em benefício dos trabalhadores e trabalhadoras de todos os segmentos da construção e de sua cadeia de suprimentos, um desafio do tamanho do Brasil!

...e outro já aparece, logo ali: as obras para as Olimpíadas 2016, no Rio de Janeiro.

**A Copa vai acabar,
a luta segue!**



PAUTA UNIFICADA

- Salário profissional mínimo nacional
- Concessão de cesta básica
- Participação nos lucros e resultados
- Implementação de plano de saúde
- Valor das horas extras
- Remuneração da hora noturna
- Contrato de experiência
- Concessão de folga familiar (“baixada”)
- Organização por local de trabalho
- Norma programática: saúde e segurança no trabalho; igualdade de oportunidade.

OUTRA COPA É POSSÍVEL: CRÔNICAS SOBRE UM FUTEBOL REBELDE



Marina Mattar
Comitê Popular da
Copa de São Paulo



Raphael Piva
Comitê Popular da
Copa de São Paulo

“De uma fenda no concreto surgiu a Copa Rebelde. Cercado por prédios, um oásis de futebol tornou um pedaço de centro abandonado, vizinho à estação da Luz, o metro quadrado mais feliz da cidade.

Com as próprias mãos, os fortes revitalizaram o centro. No lugar do entulho, do lixo e do desamparo, a bola rolou. Imagina se houvesse grama, sombra de árvores e ar fresco? Imagina se ao invés de novos prédios fosse construído nesse gigantesco terreno em frente à Sala São Paulo um belo (e necessário) parque? Imagina?

Imagina se a Copa Rebelde deixa de ser rebelde pra se tornar parte do calendário de uma cidade que contempla espaços onde se pode jogar bola? É pedir muito ao país da Copa?

O que vi e fotografei me fez imaginar...”
(relato de Rodrigo Erib, fotógrafo)

Oito trabalhadores mortos em obras, centenas de milhares de moradores removidos de suas casas, ambulantes e artistas independentes impedidos de trabalhar, mulheres exploradas sexualmente, manifestantes e jovens feridos e presos, moradores de rua brutalmente reprimidos, torcedores sem dinheiro para ir aos estádios e bilhões de reais gastos em construções, arenas, armas e equipamentos de vigilância. Muito antes de as seleções chegarem ao Brasil a Copa do Mundo de 2014 já deixou suas marcas.

A realização da Copa do Mundo da FIFA no Brasil cria e coloca em cena uma série de acontecimentos que extrapolam o âmbito esportivo. A violação de diversos direitos e o recrudescimento do aparato repressivo são apenas alguns dos resultados dessa trama que tem como protagonistas, além da própria FIFA, grandes empresas, o Estado e os agentes, que buscam justamente na paixão popular pelo futebol a legitimidade para realizar seus negócios.

A COPA REBELDE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Mas, outra forma de (vi)ver o futebol é possível e é disto que se trata a Copa Rebelde dos Movimentos Sociais, organizada pelo Comitê Popular da Copa de São Paulo e movimentos sociais parceiros.

Neste campeonato saem de cena as seleções nacionais, os jogadores popstars, os patrocínios e toda a grande cobertura midiática para emergir um outro futebol, em que pessoas comuns fundam suas próprias equipes e organizam o seu próprio torneio, assim tomando as rédeas como personagens principais de sua própria paixão.

Times compostos por homens e mulheres, adultos e crianças entraram em campo nas duas edições deste campeonato (a primeira, no dia 15 de dezembro de 2013, a segunda, nos dias 12 e 13 de abril de 2014). Estavam em jogo não uma taça e oportunidades de negócios, mas

Participar da Copa Rebelde não significou apenas “aparecer no dia” para jogar bola ou escutar alguns dos grupos que se apresentaram, mas sim construir coletivamente este espaço – da forma que fosse possível para cada um.

o espírito democrático do esporte mais popular do mundo, construído pelos pés de ex-escravos, caipiras, indígenas, imigrantes, mestiços e analfabetos.

Na peleja se encontraram indígenas e palestinos, ativistas ligados à luta pela moradia popular e pelo direito da mulher, coletivos que querem a descriminalização das drogas e a “descatracalização” da vida, movimentos pedindo pela “terra livre” e também pelo “passe livre”, moradores em situação de rua e outros ameaçados de remoção. Uma infinidade de bandeiras, muitas das quais permaneceram estendidas ao redor dos campos, que se convergem na luta pelo direito à cidade e contra a Copa da FIFA.

Não à toa as duas edições da Copa Rebelde foram realizadas no espaço da antiga rodoviária de São Paulo, centro da cidade e coração da chamada “Cracolândia”. A estação foi demolida entre 2010 e 2011 como parte de um projeto de intervenção urbana na região para dar lugar à construção de mais um templo

cultural da elite. A obra se encontra embargada na justiça e o governo paulista já paralisou o projeto bilionário. Enquanto isso, moradores e frequentadores da região aproveitam um dos poucos espaços públicos abertos e livres para seu lazer. Traves foram instaladas, times disputam jogos aos finais de semana e crianças brincam por ali diariamente.

OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Símbolo da especulação imobiliária e da cidade privada que as elites de São Paulo sonham em terminar de construir, a ocupação deste espaço para um evento público e coletivo tem tudo a ver com o futebol – e o

mundo – que queremos. Como a obra do governo do estado está paralisada – e não a reconhecemos como um projeto popular –, junto a moradores e frequentadores da região pensamos e sonhamos, durante as Copas Rebeldes, com aquele espaço: o que queremos para aquela área? Por que a população não é consultada pelas autoridades para pensar em projetos? Por que todos os espaços livres de São Paulo são mercantilizados por empreiteiras e construtoras? Ou simplesmente, por que não temos espaços públicos e livres?

Teve gente que sonhou com um complexo de moradia popular e outros que planejaram a criação de diversos campos de várzeas, mas todos estávamos empenhados na construção de uma copa, mas “rebelde”. Nos dias anteriores ao campeonato, em dezembro e abril, membros dos times partici-

Outra forma de (vi)ver o futebol é possível e é disto que se trata a Copa Rebelde dos Movimentos Sociais

param de mutirões de limpeza do terreno, repleto de lixo e entulho; e nos dias dos jogos, de forma coletiva, tendas e barracos foram erguidos, músicas tocadas e gols comemorados. Mesmo com a maior parte dos jogos sem juízes, o apito foi compartilhado, assim como muitas das funções organizativas.

Existem diversas ideias e ideais em jogo neste “campeonato” rebelde, a começar por sua forma de organização horizontal e autogestionária. Participar da Copa Rebelde não significou apenas “aparecer no dia” para jogar bola ou escutar alguns dos grupos que se apresentaram, mas sim construir coletivamente este espaço – da forma que fosse possível para cada um.

A ocupação de um espaço público sem recorrer às burocracias exigidas pelo Estado parece ter incomodado (e muito) as autoridades paulistas e paulistanas. Tivemos a visita supostamente despretensiosa de fiscais e, nas duas edições, fomos vigiados



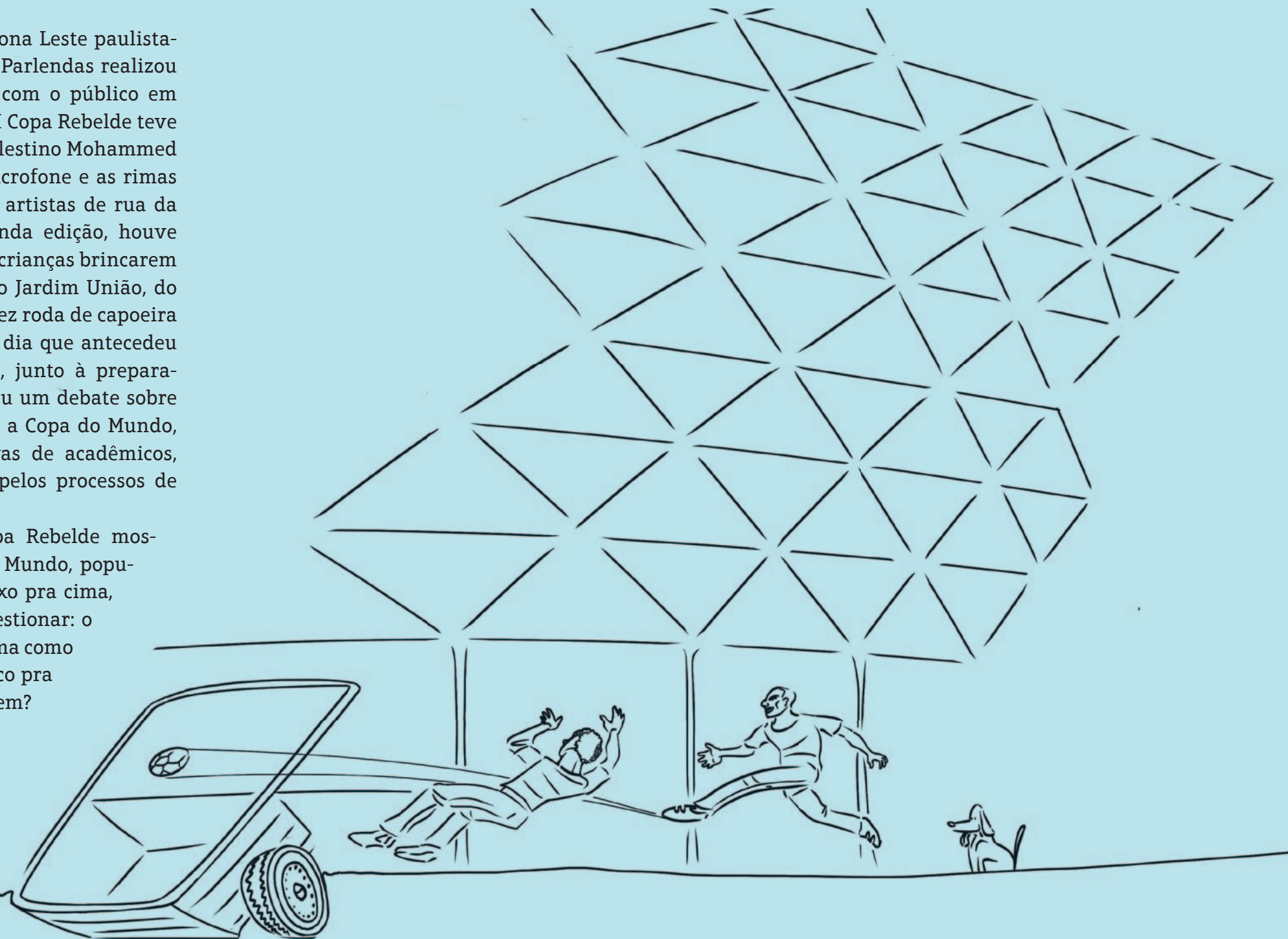
por tropas da Polícia Militar. Em abril, uma viatura da Força Tática chegou a adentrar o local enquanto ainda o limpávamos, exigindo explicações e documentos que assegurassem o nosso direito de estar ali. Segundo o comandante da operação, eles haviam recebido uma “denúncia anônima” de que estávamos “ocupando” o terreno – algo, aparentemente, ilegal. Os policiais só partiram depois de registrar o número de RG de uma das organizadoras e obter garantias de que sairíamos até o final da tarde e de que não instalaríamos barracas.

CONSTRUÇÃO COLETIVA DE BAIXO PRA CIMA

Entre bolas, chuteiras e pés descalços houve espaço também para outras atividades culturais: a percussão e os sopros da Fanfarra do M.A.L, que já haviam sacudido São Paulo durante os protestos de 2013, embalaram os jogos nas duas edições; baterias improvisadas no momento mantiveram as

pessoas animadas; da Zona Leste paulistana, o coletivo de teatro Parlendas realizou intervenções artísticas com o público em dezembro e em abril. A I Copa Rebelde teve até o show do rapper palestino Mohammed Antar, que dividiu o microfone e as rimas com alguns dos muitos artistas de rua da “Cracolândia”. Na segunda edição, houve espaço também para as crianças brincarem e o pessoal da Ocupação Jardim União, do extremo sul da cidade, fez roda de capoeira a tarde toda. Ainda, no dia que antecedeu o segundo campeonato, junto à preparação do terreno aconteceu um debate sobre o centro de São Paulo e a Copa do Mundo, somando as perspectivas de acadêmicos, ativistas e “atingidos” pelos processos de elitização em curso.

A experiência da Copa Rebelde mostrou que outra Copa do Mundo, popular e organizada de baixo pra cima, é possível, e nos faz questionar: o Mundial de 2014, da forma como foi organizado, é benéfico pra quem? Legado pra quem? Futebol pra quem?



VAI TER COPA DO MUNDO NO BRASIL?



Alexandre F.
Mendes

Professor de Direito - UERJ/PUC-Rio. Participa também da Rede Universidade Nômade e de movimentos sociais de luta pelo direito à moradia.

A preparação para a Copa do Mundo de 2014 se desenvolve num contexto histórico relacionado a maior e mais intensa mobilização social e política desde os anos 1980. A última oportunidade em que o país assistiu a massivas mobilizações de rua refere-se ao período pós ditadura militar, quando um ciclo de lutas em torno da redemocratização se espalhou, exigindo o retorno das liberdades públicas, a abertura de processos de participação política e a construção de um repertório de

ações destinadas à redução das desigualdades sociais, raciais e culturais.

No entanto, se naquele momento as manifestações ocorreram numa conjuntura que misturava direitos constitucionais explicitamente cerceados com uma grave crise econômica e social, os recentes protestos se desenrolam num aparente cenário de continuidade, tanto de um governo com considerável aprovação popular, como de comprovada redução dos desníveis sociais. Seriam, portanto, as manifestações um estrondoso

raio que desaba de um céu azul? Como explicar os protestos e conflitos brasileiros sem a presença de um anterior e visível contexto de crise social e política?

O URBANO E A TOUPEIRA

Um ano após os primeiros protestos com considerável número de pessoas, uma série de interpretações distintas sobre a gênese e os múltiplos fatores do fenômeno está sendo ensaiada. Boa parte dessas leituras considera como um terreno incontornável de análise a dimensão urbana presente, tanto nas demandas apresentadas, como também na forma e na composição dos movimentos que se difundiram nas populosas metrópoles brasileiras.

Como uma toupeira que avança rapidamente sem ser vista, os conflitos em torno do urbano foram adquirindo centralidade e capacidade de articulação de uma partitura comum de pautas, reivindicações, insatisfações, desejos e possíveis revoltas. A constatação de que a vida urbana se caracteriza, cada vez mais, por uma existência precária, cara, perigosa, cansativa, permeada por au-

toritarismos, imobilismos e constrangimentos cotidianos impulsiona novos arranjos insurgentes dotados de ampla legitimidade e aceitação social.

Não por acaso, a faísca que promove a combustão necessária para a irrupção das “Jornadas de Junho de 2013” foi gerada no chamado “sistema de transporte urbano”. Anos de permanentes e quase imperceptíveis lutas – envolvendo jovens, estudantes e novas organizações – prepararam o terreno para as recentes mobilizações.

Em 2013, a toupeira, rompendo a terra e expondo todos os túneis escavados, se tornou visível na disputa em torno do passe livre universal e da situação insuportável da mobilidade urbana brasileira, adquirindo amplo

apoio da população, especialmente após a repressão brutal realizada pelas polícias militares dos estados brasileiros. O lema “por uma vida sem catracas” passa a condensar as aspirações e desejos daqueles que assumem o urbano como terreno de luta. A metrópole é a nova fábrica, campo de disputa entre o trabalho vivo e os mecanismos de expropriação. Mas qual é a classe que está em luta no Brasil?

32 milhões
de pessoas ascenderam
à categoria de
classe médias

DA CLASSE C À CLASSE QUE LUTA

Durante os governos Lula e Dilma (2003-2010 e 2010-ss) frequentemente se interpretou o fenômeno de inclusão social de milhares de brasileiros como a formação de uma “classe C”, que, segundo o economista Marcelo Neri, deseja ascender socialmente de forma segura e gradual. Neri, com seu prestígio, logrou definir uma série de estratégias econômicas para o governo, defendendo a tese de que a união de um “choque de ordem” estatal com a abertura dos mercados para a “classe C” reservaria ao Brasil um lugar privilegiado de crescimento contínuo e virtuoso.

No entanto, as manifestações demonstraram aos economistas que a definição de classe deve ser encontrada não por contornos sociológicos ou de renda, mas a partir da própria luta. Nesse sentido, os protestos revelaram um conjunto heterogêneo de singularidades

urbanas que passam a cooperar na afirmação de um novo ciclo de direitos: estudantes universitários, moradores das favelas, ativistas da cultura, jovens da periferia, médicos, enfermeiros, advogados, midiativistas, trabalhadores precários, professores, empregados do campo dos serviços, funcionários públicos em greve, etc. Para além de sua composição multitudinária, as Jornadas

de Junho produziram também uma importante mutação política e antropológica: os pobres, imobilizados por um circuito infernal de violências perpetradas pelo Estado, passaram a lutar pelos direitos políticos que lhes são historicamente negados, incluindo o próprio direito de lutar e de se expressar politicamente. A “classe C”, longe

de ser uma “classe” ordeira e previsível, demonstra que possui voragem e capacidade de articulação com o tecido heterogêneo que compõe o urbano e seus conflitos.

170mil

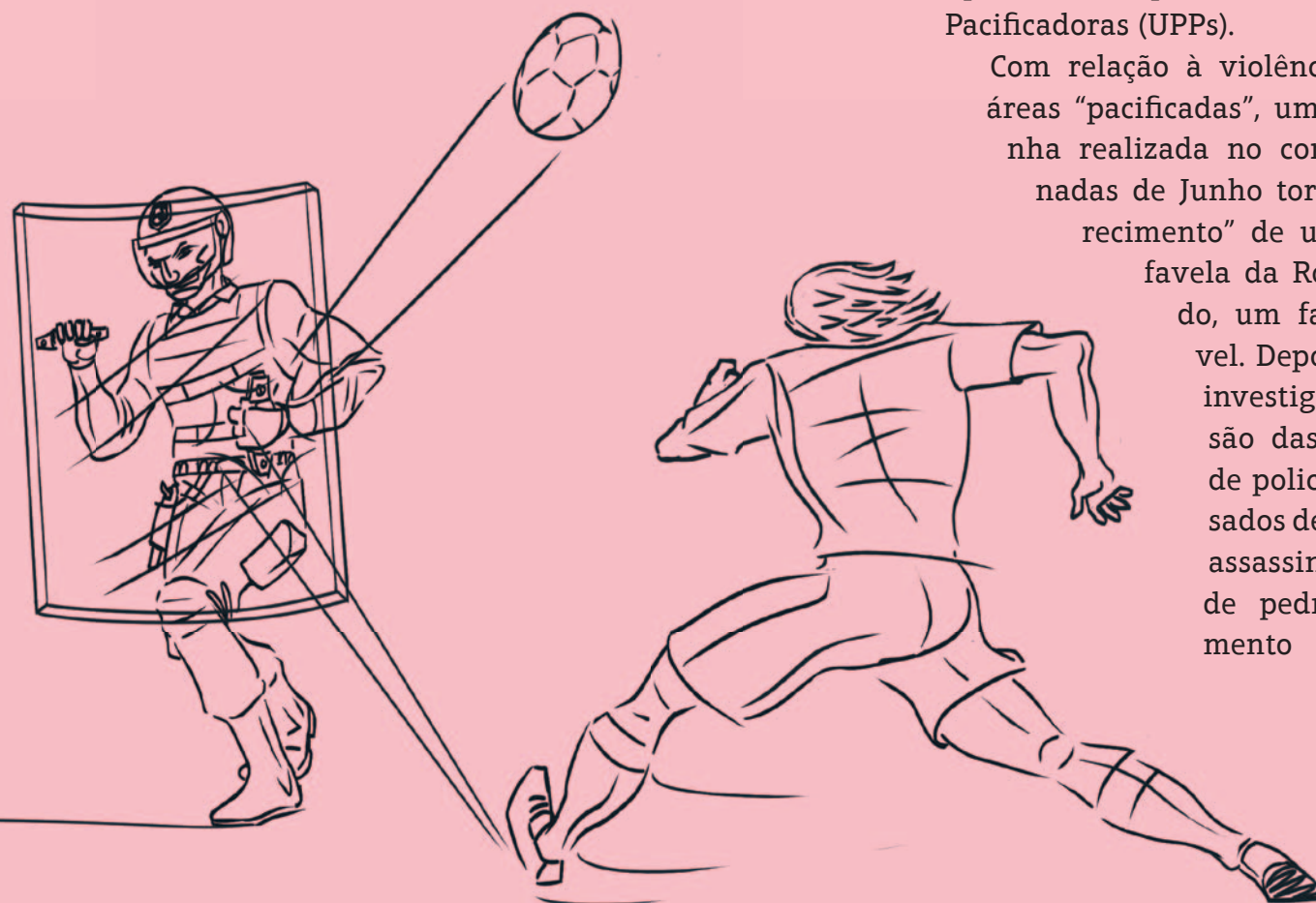
pessoas podem ser atingidas por despejos forçados motivados por megaeventos no Brasil, 22 mil apenas na cidade do Rio de Janeiro.

PAZ SEM VOZ E VIDAS REMOVIDAS

No Rio de Janeiro, a realização de megaeventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, se tornou a base para a sustentação de um projeto de “pacificação” das fa-

velas que consiste na presença permanente da Polícia Militar acompanhada de uma política de formalização dos serviços urbanos por concessionárias privadas, o que se traduziu em cobranças excessivas pelas atividades prestadas. Além disso, constatou-se que os traficantes de drogas, longe de serem expulsos, apenas redefiniram sua convivência com as forças policiais, agora representadas pelas Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs).

Com relação à violência policial nas áreas “pacificadas”, uma forte campanha realizada no contexto das Jornadas de Junho tornou o “desaparecimento” de um morador da favela da Rocinha, Amarildo, um fato incontornável. Depois de meses de investigação sob pressão das ruas, dezenas de policiais foram acusados de ter torturado e assassinado o ajudante de pedreiro. O movimento trouxe à tona



números estarrecedores: em 2010, somente em áreas de favelas com UPPs foram 119 desaparecidos segundo o Instituto de Segurança Pública (ISP). Naquele mesmo ano, de acordo com o mesmo Instituto, tivemos 885 casos de morte por ação policial registrados como “auto de resistência”, um registro unilateral no qual o policial admite que matou alguém em “legítima defesa”.

Recentemente, mais jovens moradores de favelas foram mortos pela polícia. Ao contrário da realidade anterior às jornadas, quando dificilmente se via grandes mobilizações em torno dessas mortes, a “mutação antropológica” operou para tornar cada morte uma nova fonte de protestos, barricadas, objetos incendiados e bloqueios nas ruas. A resposta do governo, tão falaciosa quanto previsível, tem sido associar essas justas lutas aos interesses dos traficantes de drogas, criando uma suposta guerra entre a pacificação e a criminalidade.

Por outro lado, o autoritarismo nas áreas pobres já estava, desde 2009, evidenciado na nova política de remoção de favelas, que atingiu milhares de moradores no Rio de Janeiro e no Brasil, tendo, por diversas vezes, como justificativa a realização

de obras para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas. Segundo dados da Articulação Nacional de Comitês Populares da Copa, cerca de 170 mil pessoas podem ser atingidas por despejos forçados motivados por megaeventos no Brasil, 22 mil apenas na cidade do Rio de Janeiro.

Durante as fases mais intensas das Jornadas de Junho o próprio Prefeito do Rio admitiu, perante a Anistia Internacional, que

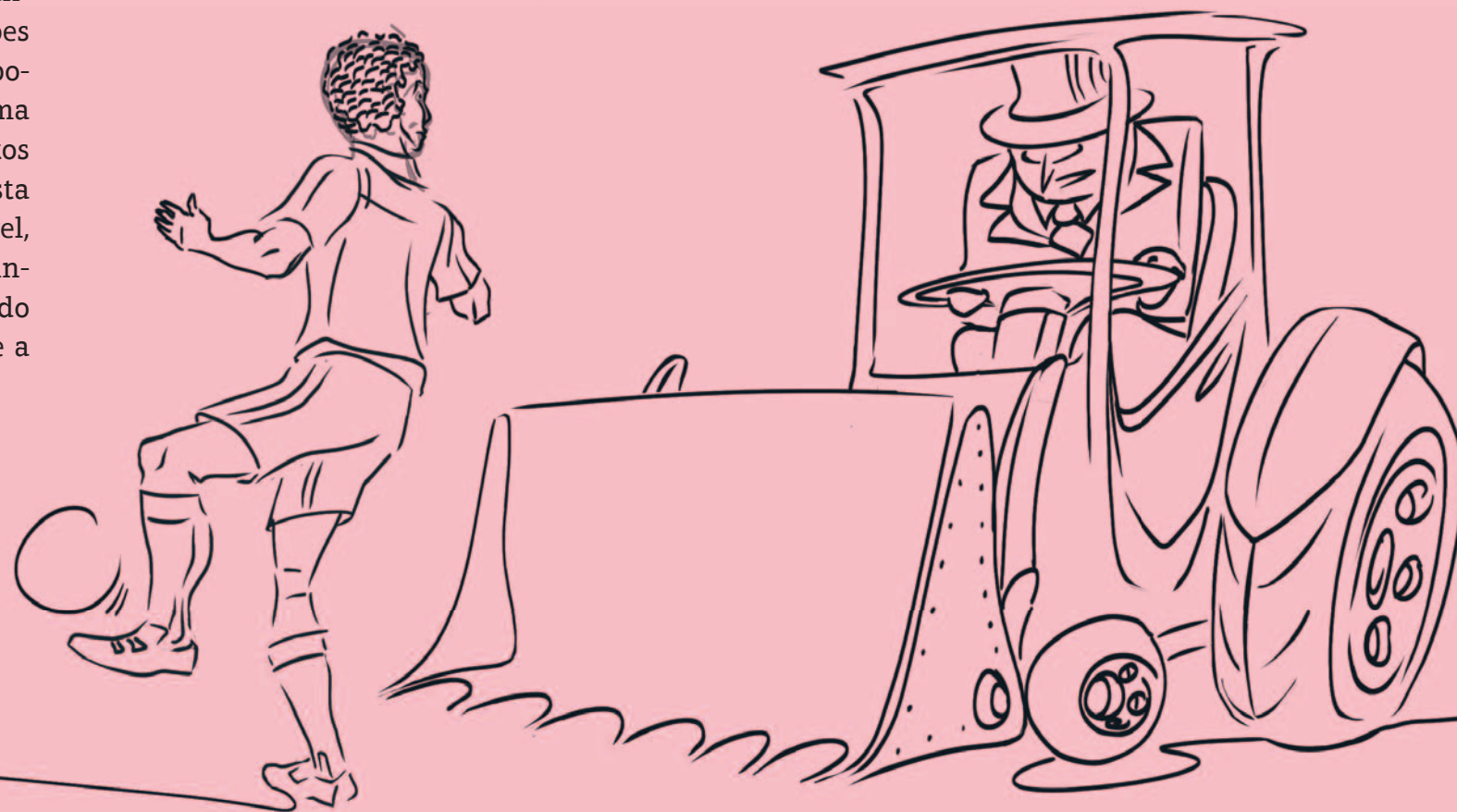
faltou diálogo nos despejos das favelas. Infelizmente, depois de um breve período de “suspensão” das políticas de remoção, impulsionado por uma estreita relação com o mercado imobiliário, o governo municipal do Rio de Janeiro retomou as ameaças de despejo, atingindo, em particular, a comunidade Vila Autódromo, situada ao lado do Parque Olímpico.

O processo de violação de direitos que se

torna visível nos processos de “pacificação” e remoção de favelas no Rio revela, na verdade, o lado mais dramático de uma conjuntura que, em nome de grandes projetos e empreendimentos, foi produzindo uma dinâmica de consenso articulada “de cima para baixo” pelos governos e pelo mercado. Boa parte dos urbanistas brasileiros concorda que, paulatinamente, todo o repertório de políticas urbanas participativas, desenhadas no ciclo de lutas dos anos 1980, foi sendo subtraído em prol dos novos arranjos público-privados. No coração das disputas atuais está, sem dúvida, o problema de como construir novas formas de democracia urbana e de direito à cidade. Isso significa que o tema da redemocratização continua no centro da agenda brasileira, agora com novos desafios.

NÃO AO URBANISMO “PADRÃO-FIFA”

Com as Jornadas de Junho, o consenso que havia se formado a partir da dinâmica dos megaeventos, do neodesenvol-



vimentismo e do projeto único de governo definido sem participação social, implodiu. “Não vai ter Copa!”. O grito que se tornou o verdadeiro slogan das ruas sintetiza a posição do movimento de junho com relação aos megaeventos. Longe de ser uma ameaça à realização efetiva dos Jogos, ele condensa o amplo repertório de demandas e revoltas que se desenvolveram no atual ciclo de lutas e o articula em um movimento real. O *slogan* é uma afirmação ativa da recusa ao padrão-FIFA e de todos seus apoiadores, e, ao mesmo tempo, a expressão da busca pela constituição do urbano constituído de forma radicalmente democrática.

O *#nãovaitercopa* é um movimento tipicamente urbano, porque compõe as diferentes singularidades insurgentes que passaram a cooperar e que transformam definitivamente o sentido da Copa do Mundo.

#Nãovaitercopa

é um movimento tipicamente urbano porque compõe as diferentes singularidades insurgentes que passaram a cooperar e que transformam definitivamente o sentido da Copa do Mundo.

dos, de grupos de advogados ativistas e de movimentos que questionam as condições de nossas vidas urbanas: a moradia, o transporte, a polícia, a proteção dos bens comuns, a luta contra a privatização e o novo ciclo de lutas por liberdade e igualdade.

Se os acordos político-empresariais em torno da realização dos megaeventos aceleram o fechamento das pequenas brechas democráticas constituídas durante o governo Lula, o movimento *#nãovaitercopa* é a base social e multitudinária para pensarmos uma nova mobilização em torno do aprofundamento democrático brasileiro. Nesse sentido, as mobilizações impuseram uma agenda imprescindível e bem mais desafiante que a simples

realização da Copa do Mundo. Do ponto de vista daquela festa alegre que reúne toda a população em torno do futebol, já não houve, portanto, Copa no Brasil. Mas, considerando o novo ciclo de lutas democráticas ainda há, sem dúvida, muito o que fazer.



QUE VENHA A COPA E O BRASIL APROVEITE



Vagner
Freitas

Presidente Nacional da Central
Única dos Trabalhadores

A análise sobre a realização da Copa do Mundo no Brasil precisa levar em consideração características do povo brasileiro, que se expressa e extravasa emoções por meio do futebol. Sabemos que o esporte atrai povos de todas as nações do mundo, independentemente de tradição ou experiência com a bola, seja nos campos da Palestina, nos desertos da África ou em regiões frias do Japão e da China. Mas, no Brasil, futebol é uma “paixão nacional”: faz par-

te do cotidiano, está presente na linguagem coloquial, é uma forma de a sociedade brasileira extravasar e, há quem diga, até uma forma de cidadania.

É evidente que tudo isso contribui significativamente para que a Copa do Mundo do Brasil atraia mais investimentos em setores chave da economia e, consequentemente, gere mais emprego e renda. É enorme o potencial de geração de recursos em todos os setores envolvidos no planejamento, prepa-

ração e execução dos jogos - isso sem contar o que o evento significa para o país em termos de protagonismo geopolítico.

O EFEITO COPA

São inúmeros os aspectos positivos, ainda que haja também alguns negativos, como contratação irregular de trabalhadores e más condições de trabalho e renda. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) está preparada e sempre alerta para exigir trabalho decente, respeito às relações de trabalho e todos os direitos dos trabalhadores na Copa e em todos os grandes eventos. Está mais que claro que repudiamos a flexibilização de direitos, exploração de trabalho voluntário, precarização e terceirização. Estamos, por isso, fiscalizando, denunciando irregularidades e cobrando providências das autoridades. Esse é nosso papel diário e rotineiro, e dele não abrimos mão.

O que não podemos é nos contaminar e aderir à onda de rejeição iniciada e estimulada pela mídia, pelos partidos de oposição ao governo da presidenta Dilma Rousseff e por setores da extrema direita, e deixar de analisar os pros e contras da realização do evento para a classe trabalhadora e a sociedade brasileira.



A disputa eleitoral, encabeçada pela mídia brasileira (aqui entendida como quarto poder), não tem pudores ao distorcer, manipular ou simplesmente omitir as notícias positivas, como no caso de um estudo feito pela tradicional Fundação Getúlio Vargas (FGV): o “Brasil Sustentável: Impactos Socioeconômicos da Copa do Mundo 2014”. Apesar de notório o fato de a FGV ser uma das entidades a quem os jornalistas sempre recorrem para dar credibilidade às suas reportagens, desta vez a lógica foi outra, dado que o estudo da Fundação trouxe uma boa notícia para o governo: a Copa trará impactos positivos sobre investimentos e sobre o Produto Interno Bruto (PIB), e a geração de novos postos de trabalho.

A leitura do texto de abertura do estudo mostra que nada daquilo que lemos nos jornais nos últimos meses é verdadeiro. Isto se torna evidente ao lermos, no texto da FVG que: “O cenário de referência adotado neste estudo aponta que a Copa

do Mundo de 2014 vai produzir um efeito cascata surpreendente nos investimentos realizados no País. A economia deslanchará como uma bola de neve, sendo capaz de quintuplicar o total de aportes aplicados diretamente na concretização do evento e impactar diversos setores. Além dos gastos de R\$ 22,46 bilhões no Brasil relacionados à

Copa para garantir a infraestrutura e a organização, a competição deverá injetar, adicionalmente, R\$ 112,79 bilhões na economia brasileira, com a produção em cadeia de efeitos indiretos e induzidos.

No total, o País movimentará R\$ 142,39 bilhões adicionais no período 2010-2014, gerando 3,63 milhões de empre-

gos por ano e R\$ 63,48 bilhões de renda para a população, o que vai impactar, inevitavelmente, o mercado de consumo interno”.

64,5^{bi}

de reais é a estimativa do impacto direto da Copa do Mundo sobre o PIB brasileiro para o período 2010-2014

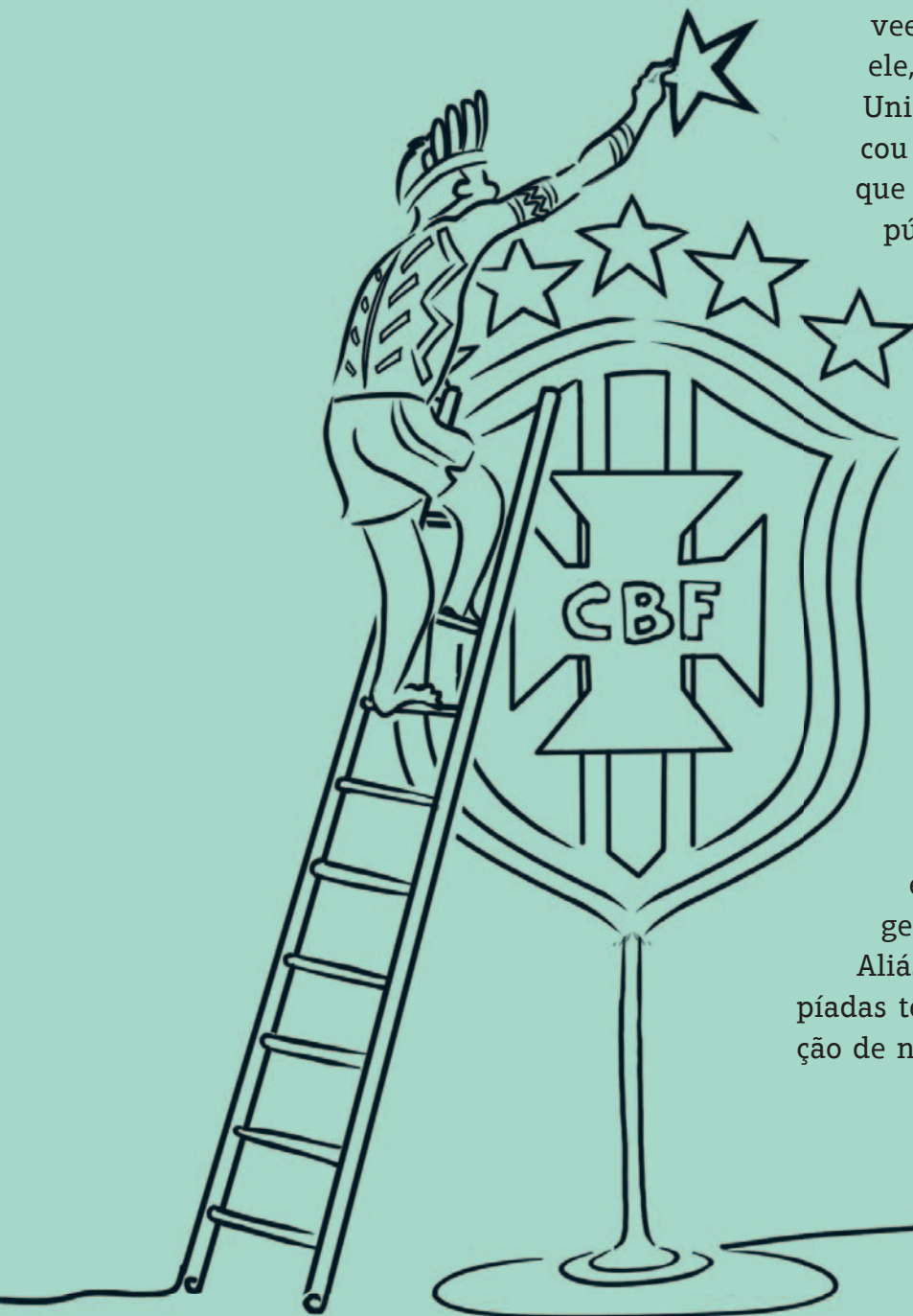


Esse efeito, segundo o estudo, deverá ocasionar uma arrecadação tributária adicional de R\$ 18,13 bilhões aos cofres de municípios, estados e Federação. O impacto direto da Copa do Mundo sobre o PIB brasileiro é estimado em R\$ 64,5 bilhões para o período 2010-2014 – valor que corresponde a 2,17% do PIB do ano de 2010, de R\$ 2,9 trilhões.

O fato é que a Copa é um dos eventos privados que mais estimularam investimentos em obras que contribuem para a melhora da vida dos trabalhadores, entre elas as de mobilidade urbana que estavam engavetadas há muitos anos em cidades como Cuiabá, no Mato Grosso. Algumas ficarão prontas até junho, outras não. Não importa, o que importa é elas estarem em andamento e que melhorarão a vida dos trabalhadores.

GASTOS E INVESTIMENTOS

Em visita recente à sede da CUT, o Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, deu uma informação que contradiz a maioria das argumentações contrárias ao evento que



veem sendo divulgadas. Segundo ele, não há dinheiro do Orçamento da União nas obras da Copa. Existe, explicou o ministro, renúncia fiscal, política que se pratica em função do interesse público em vários setores da economia. Segundo o ministro, no caso dos estádios a renúncia serviu para modernizar a infraestrutura esportiva de nosso país, o que é uma necessidade. É importante pensar que não estão sendo construídos estádios só para a Copa, esses estádios serão arenas multiuso, que se destinarão a jogos, feiras, congressos e eventos em geral. Na Arena de Natal, por exemplo, o espaço interno destinado a lojas é hoje negociado pelo melhor preço da cidade, abrindo espaço para estabelecimentos que gerarão emprego e renda.

Aliás, eventos como a Copa e as Olimpíadas têm um enorme potencial de geração de novos postos de trabalhos. A tarefa

da CUT, das demais centrais sindicais e dos órgãos de fiscalização do governo e do Ministério Público do Trabalho é garantir que estes sejam empregos de qualidade, ambientalmente sustentáveis e permanentes, beneficiando grupos menos favorecidos no mercado de trabalho (jovens, mulheres, negros(as), pessoas com deficiência).

É claro que há uma série de riscos, como de: trabalho informal e precário, acidentes de trabalho, jornadas exaustivas, trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho em condições análogas à escravidão, tráfico de pessoas, desrespeito aos direitos dos trabalhadores migrantes, problemas ambientais e impactos sociais nas populações que vivem nas imediações dos estádios. Entretanto, esses são riscos que existem em todas as atividades econômicas e nós estamos preparados para combater desrespeitos aos trabalhadores, reivindicar e pressionar o capital.

Não nos limitamos a exigir o cumprimento da legislação brasileira, vamos além, exigimos a ampliação das conquistas, não apenas a manutenção daquilo que já conquistamos.

FICAMOS DE OLHO

Foi nossa capacidade de mobilização e luta que transformou os postos de trabalho gerados pela Copa nos mais fiscalizados do país. Além do cumprimento das normas de trabalho decente da Organização Internacional do Trabalho (OIT), reivindicamos mais fiscalização para proteger os trabalhadores.

As obras são fiscalizadas pelo Tribunal Superior do Trabalho, pelo Ministério Público do Trabalho, pelos Ministérios Públicos Federal e Estaduais, pela Defensoria Pública e pelo Grupo de Trabalho criado para este fim no âmbito da OIT.

Não podemos nos esquecer de que o Brasil é o país mais bem-sucedido na história das Copas do Mundo e que pode, este ano, conquistar o hexacampeonato. Contudo, para nós brasileiros, mais importante que ganhar a Copa outra vez é o fato de que o evento será relevante para promoção da integração internacional, da solidariedade entre os povos e da paz mundial.

E vamos ao hexa!

O FEMINISMO NA COPA DAS MOBILIZAÇÕES



Maria Luiza da Costa
Integrante da SOF e
assessora da Secretaria
Nacional da Mulher
Trabalhadora da CUT



Tica Moreno
Integrante da SOF e
da Marcha Mundial
de Mulheres

A Copa do Mundo é baseada e justificada no futebol de alto nível internacional, mas sua experiência vai, evidentemente, muito além das partidas. No período entre 12 de junho e 13 de julho de 2014 será montado um território “de exceção”, estruturado para atender às exigências da elite da sociedade e do futebol nacional e internacional. Embora não esteja presente no título e na série de materiais produzidos para esse evento, todos sabem que esta é uma competição de homens para homens.

QUAL É O LUGAR DAS MULHERES DO FUTEBOL?

Isso não quer dizer que, no Brasil, as mulheres não gostem ou não pratiquem futebol, pelo contrário: a primeira partida de futebol feminino no Brasil ocorreu em 1921 e o primeiro time de futebol feminino iniciou suas atividades em 1958.

A prática do futebol feminino no Brasil começou com muitas dificuldades, pois his-

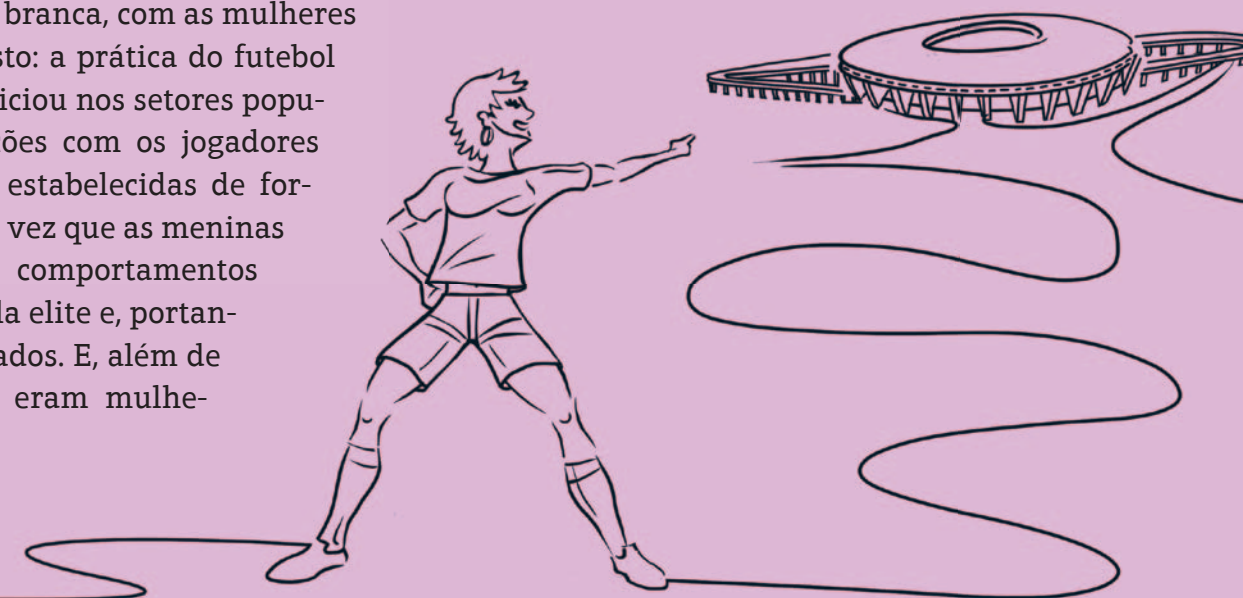
toricamente as mulheres eram vistas como seres frágeis e dependentes, cuja principal função seria a maternidade. Em 1964, o Conselho Nacional de Desportos (CND) proibiu a prática do futebol feminino e deliberou que as entidades desportivas deveriam observar a seguinte norma em relação às mulheres: “Não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo, halterofilismo e beisebol”. A justificativa para a proibição era que as mulheres poderiam ser atingidas por uma bolada na região abdominal, o que poderia impedi-las de engravidar. Essa decisão só foi anulada em 1981, contudo elas ainda não poderiam se profissionalizar.

Se no início o futebol masculino era praticado pela elite branca, com as mulheres ocorreu o oposto: a prática do futebol feminino se iniciou nos setores populares. As relações com os jogadores homens eram estabelecidas de forma tensa, uma vez que as meninas apresentavam comportamentos repudiados pela elite e, portanto, marginalizados. E, além de serem pobres, eram mulhe-

res. Logo, as jogadoras passaram a ser chamadas por apelidos pejorativos, como “machorras” e “paraíbas”.

A primeira seleção Brasileira de futebol feminino, convocada pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) em 1988, venceu o “Women’s Cup of Spain”, derrotando seleções como Portugal, França e Espanha, e alcançando nosso primeiro título internacional. Em 1996 o futebol feminino foi incluído na lista dos esportes olímpicos e o Brasil prontamente conquistou o 4º lugar, o que ajudou a impulsionar o esporte no país.

Mais recentemente, a seleção brasileira feminina vem ganhando espaço e prestígio, o que tem atraído me-



ninas interessadas em praticar a modalidade. Mas, o futebol não é uma ilha isolada dos preconceitos enfrentados pelas mulheres em outros setores da sociedade, pelo contrário, é um espaço onde o machismo aparece em todas suas dimensões: os salários pagos aos jogadores são incontáveis vezes superiores ao das jogadoras; faltam recursos para garantir que as jogadoras permaneçam jogando no país; há poucas escolinhas de futebol onde as meninas que gostem do esporte possam praticá-lo; nas escolas, são frequentes os relatos de meninas que precisam disputar – com os meninos ou com a própria diretoria da escola – o espaço e o direito de jogar bola no recreio.

As mulheres no futebol, assim como no esporte em geral, não são consideradas por seu desempenho ou conquista profissional. Comentários sobre jogadoras ou mesmo sobre árbitras são feitos avaliando sua beleza e sexualidade e, em algumas situações, até mesmo os uniformes são concebidos para realçar seus corpos e não para melhorar seu desempenho como atletas. Quando a mídia retrata “o jogo bonito de se ver”, não está falando do jogo em si, mas do aspecto estético e do padrão de beleza feminina que se con-

sidera ideal. Um exemplo da discriminação das mulheres no futebol é o pouco espaço dedicado pela imprensa esportiva e, de modo geral, pelos grandes meios de comunicação à Marta, jogadora da seleção brasileira feminina de futebol considerada, por cinco vezes consecutivas, a melhor jogadora do mundo.

Não é possível afirmar que as dificuldades iniciais tenham sido vencidas. Pertencer ao sexo feminino é ainda um pretexto uti-



lizado para impedir a participação das mulheres nos esportes e também no futebol. A sociedade discrimina a mulher que mostra interesse por essa modalidade e incentiva a manutenção de preconceitos quando, por exemplo, uma menina ganha uma boneca e um menino, uma bola.

O CORPO DAS MULHERES NA COPA DOS HOMENS

Não é novidade – e não só no Brasil – que a Copa do Mundo está relacionada com o aumento do turismo sexual e o crescimento da indústria do sexo. O acesso aos corpos das mulheres faz parte do mercado do futebol e é incentivado por todos os que ganham dinheiro com a Copa, ainda que a FIFA alegue não ter qualquer relação com este fato.

A propaganda do corpo e da sexualidade das mulheres brasileiras como disponíveis para os torcedores homens já começou há tempos. A Adidas, patrocinadora oficial da Copa, lançou duas camisetas com esse “conceito”: em uma, ao simbolizar o “Eu amo o Brasil” o coração se confunde com uma bun-

da verde e amarela; em outra, uma mulher de biquíni e a paisagem do Rio de Janeiro dizem tudo.

As casas de prostituição, mesmo proibidas pela legislação brasileira, anunciam seus serviços em outdoors em Fortaleza e em São Paulo, nos jornais em Florianópolis e em toda a internet. Vale dizer, entretanto, que há uma tentativa de regulamentação dessas casas no Brasil: o projeto de lei apresentado pelo deputado federal Jean Wyllys (PSOL) não visa a assegurar direitos para as mulheres nem buscar formas de transformar sua realidade. Com apenas seis artigos, o projeto de lei, ao separar a prostituição da exploração sexual, e o serviço sexual livre do serviço sexual forçado, tem como objetivo legitimar a prostituição como um serviço comercializável e o discurso da profissão do sexo passa a ser um disfarce para a despenalização da cafetinagem, a mesma que estrutura não apenas a prostituição mas todo o esquema de tráfico de mulheres para a indústria do sexo.

Com a proximidade da Copa do Mundo está colocado o desafio de posicionar este debate não apenas a partir da constatação que, por ser um período com muitos turistas

homens, haverá uma demanda maior pela prostituição. Este é um fato, mas, muitas vezes, é justamente o argumento em favor da regulamentação da prostituição, que assim se realizaria em espaços seguros – segurança evidentemente voltada aos clientes.

Um dos caminhos que o feminismo tem percorrido para enfrentar a questão do turismo sexual no contexto da Copa do Mundo é o de visibilizar os circuitos estabelecidos da prostituição, de modo a explicitar que o funcionamento do turismo no Brasil tem a prostituição como um pressuposto e uma base de movimentação de bilhões de reais. Legitimar esta prática sem questionar o papel dos homens, do capital e do Estado é uma armadilha cuja consequência é o reforço da opressão das mulheres.

Vemos no território brasileiro um grande aumento da prostituição nas áreas de mineração, construção de usinas hidrelétricas ou nas obras da Copa do Mundo. Em uma lógica desenvolvimentista que reduz o desenvolvimento ao crescimento ilimitado, o corpo das mulheres amortece os impactos da superexploração do trabalho e da destruição do território.

MACHISMO PADRÃO FIFA

A inauguração do primeiro estádio pronto para a Copa do Mundo, o Castelão, em Fortaleza (CE), foi marcada pelas denúncias da exploração sexual de menores, em um contexto de extrema pobreza. Reportagens relataram casos de programas em

troca de um prato de comida ou 10 reais e, ainda, em troca de acesso às drogas, como o crack. As redes de prostituição e de tráfico de drogas caminham juntas, e o poder público, que investiu bilhões para a construção de estádios, não investe o suficiente no combate à exploração sexual e na garantia de condições de vida dignas da população que habita os entornos das arenas, que não tem os direitos à saúde,

moradia, alimentação e educação assegurados. O mesmo cenário foi constatada no entorno do estádio do Itaquerao, em São Paulo.

O contexto no entorno do Castelão mostra um retrato muito diferente do que se quer traçar para a realização da Copa do Mundo, que se baseia na glamourização da prosti-

tuição. Somada à situação de desigualdade e pobreza, as meninas pobres viram alvo fácil para redes de aliciadores, mas não é apenas a pobreza que leva a essa circunstância: chama a atenção o fato de que muitas meninas afirmam ver em seu horizonte a expectativa de conhecer um homem estrangeiro que as tire de sua realidade. Isso demonstra, por um lado, que a realidade da vida destas meninas não é satisfatória e que daí advém o desejo de ir para longe; e, por outro lado, que não figura neste mesmo horizonte a perspectiva de construir suas vidas com base na autonomia, reforçando um modelo de mulheres dependentes dos homens.

As mulheres que estão na indústria do sexo se tornam um fator crucial para impulsionar a indústria do entretenimento e do turismo, gerando lucros para as empresas e divisas para os governos. Estas conexões são estruturais e não apenas um efeito colateral da lógica dos grandes eventos e dos megaempreendimentos.

Quando os corpos das mulheres estão à venda como mercadorias no mercado capitalista, se reafirma, publicamente, a força do patriarcado. Isso porque há um reconhecimento dos homens como senhores sexuais das mulheres, de todos os homens sobre todas as mulheres – e é isso o que está errado com a prostituição.

No neoliberalismo, a banalização da prostituição foi ampliada. A lógica consumista invadiu todas as esferas de nossa vida e até o sexo mercantilizado tornou-se um dado indiscutível da economia moderna. Em uma lógica individualista, as relações de dominação são negadas e excluídas das formas de violência contra as mulheres e, além disso, a diversidade cada vez maior de pessoas que se prostituem por vezes oculta o lugar da prostituição em nossa sociedade patriarcal. Os homens seguem sendo a maioria esmagadora dos clientes, mesmo quando se trata da prostituição de rapazes ou de travestis.

Temos que nos propor o desafio de pensar outro mundo possível, sem que para isso tenhamos que fazer determinadas concessões. O debate é extremamente difícil, mas não podemos escolher o caminho mais fácil, não podemos incorporar e reproduzir o discurso que prevalece na mídia tão somente porque sua aparência se mostra libertária.

Esta é a agenda apresentada pelo feminismo na Copa das Mobilizações. O desafio é que o conjunto dos movimentos que estão nas ruas questionando o Estado de Exceção instalado pela FIFA em nosso território incorpore em sua agenda a denúncia do controle e da exploração do trabalho, dos corpos e da sexualidade das mulheres.

1988

**foi o ano em que
o Brasil alcançou
seu primeiro título
internacional no
futebol feminino**

POR UM FUTEBOL MELHOR PARA TODOS!



Enrico
Ambrogini

Diretor de Planejamento e Marketing do Bom Senso F.C, e representante do movimento.

Entrevista conduzida por Marcel Fernandes

“Por um futebol melhor para quem joga, para quem torce, para quem transmite, para quem patrocina, para quem apita”

Lançado no ano passado (2013) por jogadores de grandes clubes brasileiros, o movimento cobra melhores condições para o futebol do país. As reivindicações – adaptação do calendário do futebol nacional, garantia de férias dos atletas, período adequado de pré-temporada, fair play financei-

ro e participação nos conselhos técnicos das entidades que regem o futebol – ganharam rapidamente a simpatia de jogadores e público. A FES Brasil conversou com Enrico Ambrogini, representante do Bom Senso F.C., sobre as necessidades da organização, as conquistas e o futuro do futebol brasileiro.

Fundação Friedrich Ebert no Brasil (FES) O que motivou a mobilização inicial do Bom Senso F.C?

Bom Senso F.C Em setembro de 2013 os jogadores Alex [de Souza] e o Juan se enfrentaram no confronto Coritiba x Internacional, ocasião em que Alex indagou Juan sobre sua volta ao Brasil. Juan relatou que estava tendo dificuldades com o excesso de jogos do calendário brasileiro, não havendo tempo para treinos e com uma pausa muito curta entre um jogo e outro. Naquela época, por exemplo, o Internacional fez cinco jogos em doze dias, ou seja, praticamente a cada 48 horas. Daí surgiu a intenção de fazer algo.

Contataram o jogador Paulo André (nesta época do Corinthians) e nasceu na conversa a ideia do Bom Senso F.C, uma tentativa de mudar o futebol brasileiro, respeitando o calendário dos grandes clubes e dando mais oportunidades para os pequenos.

FES Brasil Quais são as reivindicações do movimento?

Bom Senso Temos duas bandeiras, sendo a primeira o calendário. Tínhamos, em 2012, 683 clubes profissionais, dos quais 582 não jogam mais que três meses por ano. Isso leva seus “jogadores” a ter, na maior par-

“No Brasil, o maior problema dos times pequenos é o calendário. Eles têm no máximo 19 jogos quando conseguem atingir a fase final das competições estaduais; quando caem na primeira fase eles jogam apenas 15 partidas. Como estruturar um time, como contratar jogadores, como ter uma sequência de trabalho se só se tem 15 jogos no ano?”

Paulo André, ex-zagueiro dos Corinthians.

te do ano, ocupações paralelas ao futebol profissional. Nossa pretensão é, então, um calendário anual para os clubes menores e, para os maiores, uma melhor distribuição dos campeonatos, com pré-temporada e respeito às férias – temos o exemplo do Atlético Mineiro, que, entre o Mundial de Futebol e o Campeonato Mineiro, dispôs de apenas 21 dias, não havendo respeito ao período de férias trabalhistas.

A segunda demanda é o chamado Fair Play Financeiro, nada mais que o equilíbrio de receita, gastar o que se tem para gastar, o que hoje não é uma obviedade. O caso do Palmeiras é notório neste aspecto, uma vez que o ex-presidente, Arnaldo Tirone, antecipou a receita da gestão posterior a sua deixando o presidente Paulo Nobre com cerca de metade do que deveria estar em caixa ao princípio de seu mandato. Portanto o Fair Play Financeiro é exigir que os clubes gastem somente aquilo que têm, além de pagar os jogadores e funcionários em dia, deixando de fazer contratações miraculosas sem sequer conseguir pagar quem já trabalha para eles.

Uma futura terceira bandeira tratará especificamente dos torcedores. Fizemos uma pesquisa em nossa página questionando o que os torcedores mudariam no futebol

brasileiro, se pudessem. A resposta vencedora, com quase 50% dos votos, foi a violência nos estádios, quesito em que estamos trabalhando.

FES Brasil Quais são os passos para realizar estas pautas?

Bom Senso Queremos, por exemplo, a criação de uma série E nos campeonatos que possa incluir os cerca de 580 clubes que faltam. Não se mexeria nas séries A e B, mas se remodelariam as séries C, D, de forma que esses clubes possam jogar os campeonatos estaduais e o brasileiro. Para isso precisamos do aval da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), que organiza os campeonatos, e da Rede Globo de Televisão, que compra e revende os direitos de transmissão. Uma vez que a CBF é eleita pelas Federações [estaduais], preci-

“O futebol é o maior produto que o Brasil possui, ele está enraizado, faz parte de nossa cultura, mas hoje é um produto defasado. Precisamos melhorá-lo no sentido geral, para quem joga, para quem trabalha, para os profissionais de imprensa e principalmente para o torcedor.”

Alex de Souza, meio-campista do Coritiba F.C.

samos indiretamente da concordância de todas elas para efetivar mudanças.

Na parte do Fair Play Financeiro, por outro lado, já se pode lançar mão de vias legais. Foi recentemente aprovada na Câmara dos Deputados a lei de Responsabilidade do Esporte, uma conquista inclusive nossa, que segue agora para às demais aprovações necessárias. O deputado Otavio Leite (PSDB), que foi relator do Proforte, uma antiga tentativa de renegociação das dívidas dos clubes – que devem mais de 3 bilhões de reais ao governo –, nos procurou dizendo ter visto nossas demandas e propondo atrelá-las à renegociação de dívidas dos clubes. Chegamos, assim, a um ponto em comum que cominou no projeto de lei. Embora haja neste projeto também pontos não discutidos por nós, é correto que a maioria de nossas demandas foi agraciada.

FES Brasil Como o movimento foi recebido, por exemplo, por organismos ligados ao futebol, clubes e pelo público?

Bom Senso A primeira reação foi obviamente contrária, no sentido de manter o que já está posto. Como começamos em outubro [de 2013] e o seminário para apresentação das propostas aconteceu somente ao final de fevereiro, este foi um período de críticas pela falta de propostas concretas. Após esta apresentação outro tipo de crítica começou, diziam, principalmente, serem as ideias inviáveis financeiramente e que os jogadores continuariam de qualquer forma com problemas de pagamento. Frente a isto, é uma postura nossa dizer que, se alguém tem em mãos uma proposta melhor que as nossas, que a apresente.

A CBF tem usado um direito seu, que é o

“Hoje temos na série A do campeonato brasileiro pelo menos 10 casos de clubes que estão em atraso com seus atletas, sem mencionar com os funcionários. Queremos criar um modo viável para que um clube possa pagar pelos serviços prestados por seus funcionários.”

Rogério Ceni, goleiro do São Paulo F.C

direto ao silêncio, à não manifestação. Foram feitas reuniões com a Rede Globo de Televisão e com a Comissão dos Clubes, que demonstram compreensão mas não tomam quaisquer medidas. Por isso nos vimos obrigados a buscar alternativas, como a participação na confecção da lei já mencionada.

Por outro lado, diria que a mídia e os fãs de futebol estão completamente a nosso favor. Apesar de a Rede Globo noticiar, jamais nos deu apoio formal; as outras emissoras, jornais e portais de internet, contudo, se posicionam mais claramente. A ESPN não só apresentou nossas propostas como montou um programa todo dedicado a discuti-las. Então posso dizer que eles compartilham da convicção de que o futebol brasileiro precisa ser melhorado.

Os fãs naturalmente gostam de “guerras”, então se estamos batendo de frente com a CBF, que é tradicionalmente impopular, ótimo. Quando deixamos por um período de fazer protestos nos campos em prol da articulação da lei, já passaram a nos criticar. Portanto os fãs apoiam frente a demonstrações mais explícitas de nossa parte.

FES Brasil Existe no país uma série de sindicatos, tanto de esportistas profissionais quanto de jogadores de futebol. Como o Bom Senso se diferencia deles?

Bom Senso Os sindicatos, na verdade, são nossos aliados. A diferença é que, apesar de já estarmos virando uma associação, não somos tão formalizados, consistimos em um movimento exclusivamente de jogadores, sem brigas políticas. Claro, quem de direito representa os jogadores são os sindicatos, nós somos apenas uma reunião de jogadores reivindicando propostas diferentes.

FES Brasil O início da carreira do futebol é bem difícil. Muitos jovens deixam de estudar para treinar e se dedicar ao esporte, mas não existem garantias. Como vocês veem esta situação dos jovens talentos? Existe alguma intenção de trabalhar também nesta frente?

Bom Senso Sim, temos esta intenção. É um fato preocupante que afeta também quando

O Bom Senso nada mais quer que um campeonato de alto nível e resgatar o futebol brasileiro.

Gilson Kleina, ex-técnico da S.E. Palmeiras

“O Fair Play nada mais é que equilibrar o mercado. Vemos clubes menores perder jogadores para clubes maiores devido à oferta salarial, que não vai ser paga, apenas assinada. O clube maior, com potencial financeiro maior que fez essa oferta não paga seu jogador e sabe que ele terá que recorrer à justiça, é um ganho de tempo.”

Alex de Souza, meio-campista do Coritiba F.C.

do encerramento da carreira, momento em que o jogador se vê sem capacitação formal e, assim, sem muitas possibilidades de deixar o âmbito do futebol, reflexo direto dos primeiros dias como jogador. Nossa intenção é criar projetos de assistência tanto a quem está entrando quanto a quem está saindo do mundo do futebol. Estamos já buscando parceiros, mas ainda em fase muito incipiente.

FES Brasil Quais são as conquistas até o momento?

Bom Senso Vejo a notoriedade na mídia como uma vitória, tendo em vista que o movimento surgiu muito espontaneamente, sem planejamentos, e hoje já é bem estruturado e com pessoas trabalhando em tempo integral. Com relação às duas propostas, a

parte do calendário ainda não evoluiu, nossas propostas ainda não foram discutidas; na questão do Fair Play já tivemos a primeira vitória, que é o projeto de lei.

FES Brasil Como as pessoas podem participar e apoiar o movimento?

Bom Senso Temos em nosso site a petição online, que já conta com mais de 50.000 assinaturas, o que em si já é uma forma de pressionar o alto escalão do futebol. No mais, por meio da comunicação, compartilhando notícias e comentários sobre o movimento, ou apoiando os protestos nos campos. Qualquer tipo de apoio público é fundamental.

Mais informações sobre o Bom Senso F.C. <http://www.bomsensofc.org/>

